

Editorial

Quem estuda o impacto das competições mundiais na economia e na sociedade dos países que as sediam ¹ afirma que são usuais manifestações populares nos períodos que as precedem. No Brasil não foi diferente: desde 2013 o país foi varrido por uma onda de protestos, um tsunami que revelou o tamanho da ressaca moral que se abate sobre a sociedade.

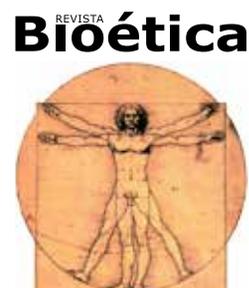
Cansadas da corrupção centenária, da pouca resolubilidade do Estado, da falta de acesso a serviços que são parte do rol dos direitos humanos fundamentais, como saúde e educação, a população gritou sua frustração frente à constatação de que não está sendo contemplada em seu anseio por justiça. As manifestações tornaram tangível a descrença popular quanto a alcançar as mudanças almejadas, dado que persiste no imaginário a noção de que o bem público não é de ninguém e deve servir, em primeiro lugar, ao interesse particular.

Como brasileiros acompanhamos atentamente o processo deflagrado nas ruas, organizado localmente por intermédio das redes sociais, usadas para arregimentar o descontentamento nacional com a forma com que a classe política tem conduzido a gestão da coisa pública. Como editores manifestamos nosso contentamento por finalmente ver o país acordando de seu “sonho intenso” e, alternadamente, revelamos nossa preocupação com a reação do governo que parecia incapaz de responder à altura as demandas da população.

Assim, seja o propósito de manter o poder de famílias oligarcas, que dominam a economia dos estados nos diversos setores produtivos desde os tempos coloniais, seja o empenho em atender diretamente os interesses do capital corporativo internacional, que mantém essas famílias a seu serviço, coopta aqueles que enriqueceram depois e, ainda, alimenta a corrupção do Estado, a resposta organizada do *status quo* pautou-se em duas estratégias. Nas cidades em que isso foi reivindicado, os centavos no aumento das passagens foram retirados quando se compreendeu terem sido a causa inicial das reivindicações. Outras propostas mirabolantes, como alterar a Constituição, também foram aventadas como se os problemas nacionais decorressem da pouca imaginação e não da falta de responsabilidade.

Com a surdez daqueles que querem se fazer de desentendidos, o governo também optou por dizer que não compreendia as reivindicações dos manifestantes. Se para todos os brasileiros era perceptível o significado de expressões como “*chega de corrupção*” ou “*saúde e educação*”, para os ungidos pelo poder tais exigências eram mais “*indecifráveis*” que hieróglifos. Talvez por isso as respostas tenham sido tão pífiyas e tão aquém do que era demandado por aqueles que se mobilizaram para externar seu descontentamento com o rumo que vem tomando a vida pública no país.

De qualquer modo, mesmo no auge das manifestações, naquele momento exato em que os políticos pareciam dispostos a ouvir a “voz das ruas” não emergiu consonância entre as aspirações dos cidadãos e as propostas dos governantes. Porém, o que ninguém pode deixar de constatar foi o poder das novas mídias sociais; sua possibilidade de agregar pessoas e difundir ideias e ideais. O caráter anárquico da rede permitiu (pela primeira vez no contexto social brasileiro mais amplo) que as pessoas tivessem a sensação de autonomia de escolha, não sendo tuteladas *a priori* pelos interesses de outrem. A possibilidade de se conectarem possibilitou, inclusive, rechaçar as tentativas de manipulação dos grupos instituídos, tanto os ligados ao poder hegemônico quanto aqueles que lhes fazem oposição.



A articulação das pessoas por meio das redes sociais expressa de forma pungente a necessidade relacional dos seres humanos. Construimos nossa noção de pertencimento a partir de parâmetros socialmente partilhados e alimentamos nossa identidade pelo olhar e pelo reconhecimento do outro. As imagens, textos, músicas e filmes postados na rede indicam o desejo das pessoas de serem vistas e reconhecidas em sua individualidade, que, do contrário, quedaria imersa no mar de iguais que refluí nas áreas urbanas. A rede desponta, então, como o principal elemento de articulação social neste início do século XXI.

Se a conexão virtual já se confirmou como indispensável à articulação coletiva no meio urbano, não se pode afixar que tal poder sempre se revele auspicioso. Por ser território anárquico, no sentido político-ideológico do termo – aquele que não está submetido ao poder de outrem –, a rede estimula a comunicação vertical mas também permite a manipulação²⁻⁵ e o anonimato, conjugação potencialmente ameaçadora quando a ideia de ser alçado à condição de “celebridade” desencadeia comportamentos arrivistas e cabotinos.

A velocidade vertiginosa das informações, sua pouca credibilidade e a relevância variável das mensagens trocadas contribuem para o surgimento de textos e frases de autoria espúria, a irrupção de boatos, muitos deles infundados e, portanto, perigosos, que não são mais transmitidos “à boca pequena”, como ocorria tradicionalmente no *tête-à-tête*, mas tornam-se rapidamente clamores públicos que podem provocar até mesmo a morte de inocentes⁶. As pessoas se conectam para externar indignação, mas sua ira tanto pode estar voltada a demandas justas quanto a exprimir preconceitos e consolidar a discriminação contra aqueles que, por qualquer razão, destoam dos padrões de conformidade.

O poder dessa comunicação imediata que transcende o espaço físico faz com que não cause surpresa a rede também ter sido a chave para a articulação entre as pessoas durante a Copa 2014. Em suas casas ou nas de amigos, em bares, restaurantes, embaixadas, nas vitrines de lojas ou em locais especialmente destinados à transmissão dos jogos, os torcedores viam a partida enquanto se conectavam com suas redes sociais, fazendo comentários, postando fotos e charges em um processo de interação intenso e inédito. De fato, nunca se viu tanta articulação *online* entre expectadores e meios de comunicação⁷.

Essa expressiva conexão entre usuários só reforça a ideia de que para os brasileiros a Copa representou mais do que uma competição, foi a tentativa de “lavar a alma”, de compensar os dissabores e o sofrimento com as iniquidades da vida social. Era a chance de ser o “melhor” do mundo pela sexta vez. Era, enfim, uma tentativa de reconstruir a autoestima, abalada pela constatação de que as “mudanças” propostas nos planos de governo não alcançariam o fim prometido pelos governantes e desejado pela população.

A transição entre o descontentamento precedente e a fruição da expectativa desse novo patamar de cidadania, emulado pelo futebol, foi relativamente rápida. Embora em menor medida que nas copas anteriores, antes do evento as ruas das cidades foram enfeitadas com as cores pátrias e tomadas por bandeiras nos postes, fachadas e carros à medida que a data de início do evento se aproximava. Paulatinamente se difundia a principal “justificativa” para o desejo individual e coletivo de esquecer os protestos, assistir as partidas e congregar-se na torcida nacional por mais um título: “*Tinha que ter reclamado antes. Agora não é mais hora de reclamar*”. Tal como afirma nosso hino, se poderia até dizer que diante da possibilidade de vitória “*um raio vívido de amor e de esperança à terra desce*”⁸.

Amparado por tal ideário o país adotou (mais uma vez) um tom ufanista. E como se pretendia que esta fosse “a Copa das Copas” nunca parecemos tão patriotas. Seríamos “hexacampeões” e essa certeza parecia compensar o descalabro que

vínhamos constatando na vida política e social. Todas as mazelas que motivaram os protestos esmaeceram, esquecidas no crescente entusiasmo que tomava a todos. Justificando o desejo de festejar com a noção de que “*o povo merece essa alegria*”, a população se permitiu celebrar e esquecer o cotidiano diante da televisão nos dias de jogo.

E o que se evidenciava num simples dar de olhos pelas bandeiras expostas nas janelas e a indumentária das pessoas, que trajavam o uniforme da Seleção, era o desejo de sentir orgulho do país, mesmo se tal sentimento decorresse de algo tão prosaico como um jogo de futebol, cujo resultado – de fato – não pode alterar substancialmente a vida de ninguém, exceto daqueles diretamente envolvidos com a peleja em campo: jogadores, árbitros, equipe técnica e gestores das entidades que organizam o esporte. Para a maioria da população, no dia seguinte à partida decisiva, seja em que fase fosse da competição, os problemas de transporte, saúde, educação ou segurança continuariam exatamente os mesmos, independentemente de o resultado ser a vitória ou a derrota.

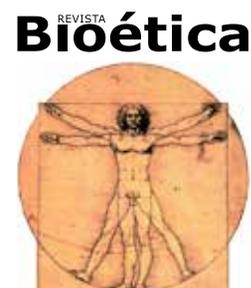
Se aqueles que estranhavam tamanha devoção se aventurassem a externar opinião diferente do “já ganhou” geral eram rotulados de “*estraga prazeres*”. Tidos como “chatos”, que não entendiam a essência da pátria de chuteiras, eram mal vistos por não aderir incondicionalmente à comoção geral. Pior do que isso, arriscavam tornar-se bodes expiatórios, apontados como catalisadores de um provável infortúnio que (com certeza) poderia decorrer de semelhante negatividade.

Ainda que a situação revelasse a infrutífera tentativa de sublimar os efetivos problemas brasileiros, a avaliação dos que aderiram à euforia não deixava de ter certa lógica. Nada em nosso país, nem governo nem religião, revelou tanto poder de unir a população em torno das ideias de pátria e de nação como o futebol nos campeonatos mundiais. O silêncio sepulcral das ruas durante as partidas do Brasil, pontuado de exclamações de alegria, temor ou raiva dos lances dramáticos, revelava a magnitude desse fenômeno coletivo. Alguns profissionais de saúde chegaram a constatar que pacientes seus sofriam de “crise de abstinência” nos dias em que eram privados da adrenalina e da endorfina despertadas pelos jogos.

A derrota do Brasil também demonstrou que estamos visceralmente ligados ao futebol no qual coletivamente projetamos nosso desejo de realização social. O revertério quebrou a tensão que crescentemente se acumulava nas ruas e interrompeu a corrente de otimismo que ligava as pessoas. Reforçando a ideia de que somos social e corporalmente amalgamados pela convicção de “ser o país do futebol”, as pessoas queimaram publicamente a bandeira nacional em repúdio à pátria que as teria “traído” com a derrota da seleção e caíram doentes, vítimas de males difusos, febre, dores no corpo, indisposição geral, tristeza e até, sintomaticamente, rouquidão. Assim, é inevitável aceitar que no Brasil, para o bem ou para o mal, o futebol é o que congrega as pessoas sob a noção de pátria, sendo tal constatação o único legado indiscutível da realização da Copa para nosso país.

Passada a competição e assimilado o choque da derrota inesperada, estima-se que o Brasil consiga crescer eticamente e adquirir maturidade para entender que só subiremos no pódio das nações se lutarmos agora contra todas as situações que caracterizam o obscurantismo moral de nossa sociedade: a corrupção, o descaço com a coisa pública e a desigualdade de direitos e oportunidades. Só alcançaremos a autonomia social que desejamos se exigirmos do governo, qualquer que seja, um projeto de Estado voltado a promover a educação e a saúde dos brasileiros.

Precisamos manter nossa coragem e continuar combatendo essas heranças históricas sem cair na tentação de crer em soluções miraculosas, voltadas a estimular nosso orgulho com falsas promessas de grandeza. Estaremos em bom caminho quando vestirmos as cores pátrias para comemorar a melhoria no desempenho



dos estudantes brasileiros nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), por exemplo, ou formos às ruas para apoiar os estudantes que prestam vestibular, como acontece em outros países⁹. Estaremos seguindo a trilha dos nossos sonhos quando garantirmos saneamento básico e cidades sustentáveis; quando protegermos efetivamente o ambiente natural e cuidarmos do meio social como preveem os instrumentos internacionais de direitos humanos.

No intuito de estimular esse processo também na dimensão da saúde, trazemos, a seguir, documento produzido por um conjunto de entidades brasileiras comprometidas com a Reforma Sanitária, inclusive a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB). No manifesto são listadas medidas para promover a saúde e a cidadania em nosso país, fortalecendo o Sistema Único de Saúde (SUS). Consideramos importante apoiar a divulgação do documento tanto por seu teor quanto pelo fato de a SBB ser signatária, o que resgata a atuação política da instituição e reforça seu compromisso com a ética na gestão da coisa pública.

Para terminar esse longo editorial, queremos agradecer à Diretoria do CFM, gestão 2009-2014, que durante todo o seu mandato apoiou incondicionalmente a *Revista Bioética* e a bioética brasileira. Além de colaborar decisivamente com os eventos de bioética ocorridos nesse período – congressos nacionais e encontros luso-brasileiros –, a Diretoria atendeu às demandas de publicação da revista, inclusive a mais importante delas, que é a garantia de independência editorial. Portanto, não é demais salientar, ainda uma vez, o reconhecimento dos editores, acreditando que se estenda a todos aqueles que estudam e militam pela bioética no Brasil.

Na certeza de que este número da *Revista Bioética* concorrerá para estimular a reflexão de nossos leitores, desejamos a todos uma boa leitura.

Os editores

Referências

1. Mello PC. Legado da Copa é 'decepcionante', diz cientista político. Folha de S. Paulo. Poder A11. A Copa como ela é. Domingo, 6 de julho de 2014.
2. Lindstrom M. A lógica do consumo. Verdades e mentiras sobre por que compramos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2009.
3. Época. Cobaias do Facebook. Primeiro Plano/Opinião. p. 11. 7 jul. 2014.
4. Manjoo F. Opinião: saber o poder das redes sociais é melhor do que ignorá-lo. [Internet] Folha de S. Paulo/Tec. (acesso 14 jul. 2014) Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/07/1484761-opinio-saber-o-poder-das-redes-sociais-e-melhor-do-que-ignora-lo.shtml>
5. Aragão A. 'Big Data' impõe novas questões éticas em pesquisas científicas na internet. [Internet] Folha de S. Paulo/Tec. (acesso 14 jul. 2014) Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/07/1481105-big-data-impoe-novas-questoes-eticas-em-pesquisas-cientificas-na-internet.shtml>
6. Correio Braziliense. Quinto suspeito de linchar dona de casa no Guarujá se entrega à polícia. Brasília: Correio Braziliense; 10 jul. 2014. [Internet] 13 maio 2014. Disponível: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/05/13/interna_brasil,427289/quinto-suspeito-de-linchar-dona-de-casa-no-guaruja-se-entrega-a-policia.shtml (acesso 10 jul. 2014).
7. Convergência Digital. Copa 2014 registra tráfego de 32 terabytes de dados e é a mais conectada da história. Convergência Digital; 24 jun. 2014. Disponível: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=37058&sid=8#.U77O4fldWY0> (acesso 10 jul. 2014).
8. Silva FM, Estrada JOD. Hino nacional brasileiro. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/hino.htm (acesso 10 jul. 2014).
9. MSN Notícias. [Internet 7 nov. 2013]. 650.000 jovens sul-coreanos em exame de acesso à universidade com muitas alterações na sociedade. Disponível: <http://noticias.pt.msn.com/650000-jovens-sul-coreanos-em-exame-de-acesso-%C3%A0-universidade-com-muitas-altera%C3%A7%C3%B5es-na-sociedade> (acesso 11 jul. 2014).

Propostas do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira para debate nacional ¹

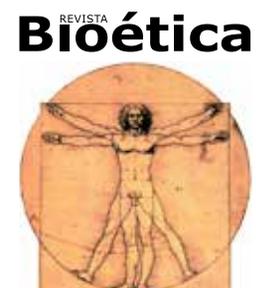
Por um SUS para todos os brasileiros!

Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
Abres – Associação Brasileira de Economia em Saúde
Ampasa – Associação de Membros do Ministério Público em Defesa da Saúde
APSP – Associação Paulista de Saúde Pública
Cebes – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
Idisa – Instituto de Direito Sanitário Aplicado
Rede Unida – Associação Brasileira Rede Unida
SBB – Sociedade Brasileira de Bioética

O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, integrado por várias entidades que atuam historicamente em defesa da saúde coletiva no Brasil, conclama a sociedade à adesão a propostas que avancem para um Brasil mais igualitário e mais justo para um sistema público de saúde com garantia de direitos a todos os brasileiros.

Propostas

1. **Construir coletivamente um projeto nacional para o país que promova a inclusão**, no âmbito do Estado Democrático e dos Direitos de Cidadania, em sintonia com as demandas da sociedade e que considere a saúde como direito humano fundamental e não como mercadoria, colocando-se em defesa daqueles que mais necessitam da intervenção do Estado para garantir condições de vida dignas.
2. **Reforçar o papel do Estado e promover mudanças estruturais nos mecanismos de financiamento**, no equilíbrio federativo e na gestão pública, de modo a conter o desfinanciamento e a mercantilização das políticas sociais, com redução dos gastos com pagamento dos juros da dívida pública e adoção de gestão macroeconômica articulada com os objetivos redistributivos e com o combate às desigualdades no acesso a políticas e serviços públicos universais de qualidade.
3. **Promover reforma democrática do sistema político brasileiro**, com fortalecimento da democracia direta, controle social do processo eleitoral e do financiamento público de campanhas, e utilização plena dos mecanismos de democracia participativa, como plebiscitos e projetos de iniciativa popular, para tomada de decisões sobre políticas sociais.
4. **Promover reforma tributária que recupere os princípios basilares da justiça fiscal** – equidade, capacidade contributiva e progressividade – e que considere a tributação como instrumento de diminuição das desigualdades sociais.
5. **Rever a Lei de Responsabilidade Fiscal** com relação ao limite da despesa de pessoal com saúde, no intuito de não comprometer os governos estaduais e municipais com a execução das ações e serviços de saúde e possibilitar a efetiva organização do SUS, de caráter público, em todas as cidades brasileiras.
6. **Reafirmar o Sistema de Seguridade Social brasileiro**, com a valorização do orçamento da seguridade social, a convocação da Conferência Nacional da Seguridade Social e a criação de fóruns de deliberação conjunta da Previdência, Saúde e Assistência Social.



7. **Ampliar os recursos destinados à saúde** e aprovar imediatamente o projeto de lei de iniciativa popular que destina 10% da Receita Corrente Bruta à saúde e o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para o orçamento da seguridade social.
8. **Extinguir os subsídios diretos e diminuir progressivamente o gasto tributário com o setor privado**, revendo o desconto dos gastos com planos de saúde no cálculo do imposto de renda de pessoa física e jurídica, bem como os incentivos fiscais destinados à indústria farmacêutica e hospitais filantrópicos não voltados ao atendimento público e universal, com a efetivação do ressarcimento ao SUS toda vez que clientes de planos de saúde forem atendidos na rede pública.
9. **Renovar o pacto federativo com responsabilização de gestores federal, estaduais e municipais do SUS na efetivação da regionalização e das redes de atenção à saúde**, reforçando a atenção primária resolutiva e o diálogo entre usuários, trabalhadores e gestores do SUS, com o objetivo de responder às necessidades da população, organizar e integrar o sistema de saúde, diminuir filas e tempos de espera e garantir a continuidade do cuidado, considerando o rápido processo de envelhecimento da população e o incremento das doenças crônicas.
10. **Adotar irrestrito caráter público nos mecanismos de contratação de prestadores de serviços** em suas diferentes formas organizacionais de oferta, públicas e privadas, no sentido do fortalecimento da gestão regional e com controle social, na consolidação do controle público do sistema de saúde em todos os seus níveis, superando as já fracassadas terceirizações e outras lógicas privadas gerencialistas que podem comprometer a qualidade da atenção à saúde.
11. **Adequar a formação em saúde às necessidades do SUS**, à produção de práticas mais cuidadoras e à integralidade nas redes de atenção, respeitando os princípios fundamentais dos modelos de atenção à saúde preconizados para o SUS, e realizar reformas curriculares nos cursos de saúde em todo o País.
12. **Implantar carreiras do SUS** de base municipal, regional ou estadual, tanto para a gestão de serviços de saúde como para a atenção a saúde, de acordo com as diretrizes nacionais e com os planos plurianuais de saúde.
13. **Promover o conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias voltadas às necessidades de saúde da população**, com promoção de política industrial nacional democrática e inovadora, capaz de reduzir a dependência da importação de medicamentos, equipamentos médicos, kits diagnósticos e insumos e com reforma na lei de patentes que favoreça o acesso universal e igualitário da população às tecnologias adequadas, sem comprometer a sustentabilidade do sistema de saúde, ampliando a possibilidade de compra e produção de medicamentos genéricos a preços mais acessíveis e o acesso da população à assistência farmacêutica.

1 Síntese de propostas apresentadas pelas entidades componentes do Movimento da Reforma Sanitária. Para detalhamento e aprofundamento das propostas, consultar documentos específicos nos endereços eletrônicos das entidades signatárias.